

Ativismo profissional: Masoquismo, compulsividade ou alienação?*

Na análise etiológica das perturbações psicopatológicas vinculadas ao trabalho – particularmente para os casos de suicídio – é difícil distinguir o que provém efetivamente dos constrangimentos da organização do trabalho, o que procede das idiossincrasias do sujeito e o que resulta dos conflitos do espaço privado. No caso de hiperatividade profissional, encontramos as mesmas dificuldades de análise. Que contribuição a referência à teoria em psicodinâmica do trabalho pode trazer à investigação etiológica da hiperatividade profissional?

Algumas precisões sobre a utilização do termo devem inicialmente ser observadas. “A hiperatividade profissional” é uma noção estritamente descritiva e não faz referência às causas. Podemos admitir que há hiperatividade profissional com base em uma observação exterior, por simples comparação com o tempo consagrado ao trabalho pelos demais membros de uma comunidade de referência. Neste caso, o julgamento de hiperatividade considera apenas a quantidade de trabalho ou a jornada de trabalho e não atenta para a qualidade do trabalho, que sabemos não poder ser avaliada pela observação direta.¹ Contudo, podemos admitir que há hiperatividade quando o pró-

* C. Dejours, “Activisme professionnel: Masochisme, compulsivité ou aliénation?”, *Travailler*, n. 11, Paris, 2004, pp. 25-40.

1 C. Dejours, “Subjectivité, travail et action”, *La Pensée*, n. 328, Paris, 2001, pp. 7-19.

prio sujeito afirma não conseguir, por seus próprios meios, diminuir a carga de trabalho que ele próprio julga excessiva. Neste caso, o diagnóstico não resulta da observação externa, mas da alegação que diz que o excesso de trabalho lhe é imposto ou a ele se impõe apesar de sua oposição.

O que se denomina *workaholism*, em contrapartida, é um diagnóstico que designa simultaneamente uma conduta e uma causa precisas: a compulsão, a dependência psíquica em relação à atividade, bem como a incapacidade de se oferecer e de gozar de tempo de repouso. A concepção etiológica subjacente refere-se, de forma mais ou menos rigorosa, à “teoria da dependência”*.²

O termo de hiperatividade profissional remete à noção de dependência, que convém distinguir, aqui, da noção de ação. A atividade designa essencialmente gestos, posturas, processos cognitivos e um engajamento da afetividade e do corpo na inteligência prática, que, a exemplo da inteligência astuciosa, são direcionados para a eficiência do fazer no mundo objetivo. É a referência à *racionalidade cognitiva-instrumental* que proporciona, aqui, exclusivamente, os critérios de avaliação da atividade ou da hiperatividade. A noção de ação implica, de fato, a reflexão do sujeito sobre as conseqüências que sua atividade poderá ter sobre o outro. Os critérios de apreciação situam-se assim não apenas no registro da eficiên-

* Em uma série da televisão francesa FR3 – “As palavras da psicanálise” –, do final dos anos 1990, Joyce McDougall, disse: “Quando vim à França, nos anos 1950, a palavra *addiction* não existia ainda. Falava-se de toxicomanias, embora isso evoque o desejo de envenenar-se, de autoflagelar-se, embora aqui se trate bem mais de um sofrimento do qual se deseja livrar o mais rapidamente possível, uma vez que não é possível elaborá-lo psicicamente. O termo *addiction* contém a noção de escravidão pois a “aditividade” é a escravidão de seu objeto. A *addiction* não está apenas situada na esfera das drogas, há o álcool, o tabaco mas também comportamentos “aditivos”, até mesmo a sexualidade “aditiva” agravada com o problema da Aids”. Dejours mantém o termo original inglês, *addiction*; aqui será traduzido como “dependência”, “dependente”. [N. do T]

2 J. McDougall, *Plaidoyer pour une certaine anormalité*, Paris, Gallimard, 1978.

cia, como para o gestor ou para o *manager* – o agir estratégico releva ainda da estrita racionalidade cognitiva-instrumental –, mas também no registro da moral. Em outros termos: a ação supõe a referência explícita à racionalidade axiológica e às incidências morais e políticas do “trabalhar”. O diagnóstico de hiperatividade não contém qualquer referência à dimensão da ação no trabalho.

A hiperatividade, como atividade, envolve, inicialmente, a subjetividade do trabalhador porque não há atividade ou habilidade profissional sem subjetivação da matéria, da ferramenta ou do objeto técnico – *Subjektivierendes Handeln*.³ Mas o fato é que a partir de um certo nível de intensidade – a cadência, por exemplo – ou de extensão – a duração da jornada de trabalho, por exemplo –, a atividade entra em concorrência com a subjetividade. A sobrecarga de trabalho coloca em perigo as condições necessárias ao jogo do fantasma, da imaginação e da afetividade. A experiência mais eloqüente dos efeitos deletérios da hiperatividade sobre a subjetividade está presente na “dupla tarefa”, particularmente estudada por Kalsbeek.⁴ Mas há inúmeras demonstrações desta situação, tanto nos estudos sobre o estresse,⁵ como em psicopatologia do trabalho⁶ ou em filosofia.⁷

3 Cf. F. Böhle e B. Mikau, *Vom Handrad zum Bildschirm*, Munique, Campus, Institut für Sozialwissenschaftliche Forschung, 1991.

Pode-se traduzir *Subjektivierendes Handeln* por “engenhosidade”, ou “inteligência prática”, como acima já designado pelo autor. [N. do T.].

4 J. Kalsbeek, “Étude de la surcharge informatique sur le comportement et l'état émotionnel”, in C. Dejours, C. Veil e A. Wisner, *Psychopathologie du travail*, Paris, Entreprise Moderne d'Édition, 1985, pp. 167-173.

5 Cf. J.-B. Stora, *Le stress*, coleção “Que sais-je?”, Paris, PUF, 1997; S. Dolan e A. Arsenault, *Stress, santé et rendement au travail*, Montreal, Presses Universitaires de Montréal, 1980.

6 J. Begoin, “La névrose des téléphonistes et de mécanographes”, Paris, tese para a Faculdade de Medicina, 1957.

7 S. Weill, “Expérience de la vie d'usine”, in idem, *La condition ouvrière*, Paris, Gallimard, 1951 [1941-1942], pp. 241-259.

As interpretações etiológicas da hiperatividade profissional

Sobre a hiperatividade existem, hoje, três conceitos etiológicos.

A captura “managinária”⁸

Esta acepção da hiperatividade foi desenvolvida por Vincent de Gaujelac e tem por base a hipótese de uma sintonia entre o funcionamento psíquico individual com a cultura da empresa. Do lado do sujeito, seriam especificamente solicitadas instituições empregadoras ideais, satisfazendo particularmente ao ideal do ego, aquelas que apresentassem *identificações heróicas e objetivos de ação prestigiosos ou gloriosos*. Do lado da empresa, a “cultura de empresa” e a “comunicação de empresa” propoariam, sob formas atraentes, promessas de sucesso e de realização, de poder e de riqueza, em troca do trabalho, do devotamento à empresa e de adesão aos valores que esta última promove, em suma, é necessário “vestir a camisa”.

A captura dos fantasmas levados pelas instâncias ideais estaria baseada na manipulação astuciosa do imaginário pelas empresas. Uma vez preso nesta identificação com os ideais da empresa, ficaria extremamente difícil para o sujeito livrar-se da manipulação da qual foi objeto. Para alcançar os objetivos fixados pelos *managers* e beneficiar-se das promessas presentes em sua estratégia, o sujeito engajaria a sua vida por inteiro, com o risco de calar definitivamente qualquer crítica e toda a sua capacidade de resistência ao contínuo aumento de desempenho que dele se espera.

Os procedimentos autocalmantes

Nesta vertente proposta pelos autores que militam no campo da psicossomática,⁹ apenas alguns indivíduos predispostos correriam o risco de se tornarem hiperativos, particularmente os que – por sofrerem precisamen-

8 Neologismo formado com as palavras *manager* e imaginário. [N. do T.].

9 Cf. G. Szwec, *Les galériens volontaires*, Paris, PUF, 1998.

te de um déficit de mentalização, ou seja, déficit de produção de fantasmas e de sonhos – teriam uma produção psíquica caracterizada pela pobreza da imaginação. Essas peculiaridades da produção psíquica testemunhariam que, a montante, as defesas psíquicas, particularmente o recalque, não seriam ou seriam pouco operantes. Assim, faltaria a eles instrumentos essenciais para metabolizar a angústia que está inevitavelmente vinculada aos conflitos intrapsíquicos, bem como aos conflitos interpessoais. A atividade psíquica ou intelectual ofereceria um ansiolítico privilegiado contra a angústia, mas, em contrapartida, exporia o sujeito ao risco do ativismo, na medida em que este pode, em determinadas condições, ter um *poder calmante*: a hiperatividade funciona então como um *processo autocalmante*. Bons exemplos foram citados particularmente entre os “galerianos voluntários”.¹⁰

Uma defesa contra o sofrimento proveniente do trabalho

Nesta abordagem, são as coerções da organização do trabalho que prevalecem. As cadências infernais impostas pelo trabalho repetitivo, sob constrangimento de tempo, mas também a intensificação do trabalho sob o efeito das novas formas de avaliação individualizadas do desempenho, tanto em relação aos operários quanto a nível técnico e gerencial – com os contratos de metas – entram em concorrência com o funcionamento psíquico e afetivo. O funcionamento psíquico e, mais amplamente, o pensamento mobilizado pelos afetos tornam-se um obstáculo à concentração exigida pelo desempenho da produção. Para minimizar o entorpecimento da atividade pelas expressões afetivas do sofrimento – a angústia ou mesmo a raiva, tanto quanto os sonhos e a distração –, o trabalhador impõe-se uma aceleração ou intensifica os seus esforços. Graças a esta estratégia, consegue manter ocupado, pela própria atividade, o aparelho psíquico em sua totalidade, bem como neutralizar qualquer pensamento que não estiver diretamente relacionado com a produção. Mesmo se a origem do pro-

10 Cf. G. Szwec, op. cit.

cesso está situada nos constrangimentos mesmos do trabalho, a “repressão pulsional” obtida pela auto-aceleração supõe uma parte de consentimento do sujeito em reduzir o espaço necessário ao jogo de sua subjetividade.

- Na primeira das abordagens – “managinária” –, a hiperatividade é o resultado de uma manipulação social do imaginário individual. A sobrecarga de trabalho tem origem social.
- Na segunda concepção – procedimentos autocalmantes –, é, ao contrário, a falta de imaginação que faz do sujeito um hiperativo compulsivo, dependente do ativismo para acalmar a sua angústia – *workaholism* –, tal como o alcoólico depende do álcool ou o toxicômano de uma droga, para manter seu equilíbrio psíquico.
- Na terceira vertente – defesa contra o sofrimento –, é a estrutura da atividade – uma vez que ela é determinada por uma organização do trabalho – que está na origem de um processo que pode levar à alienação.

Qualquer que seja a interpretação etiológica, a hiperatividade sempre implica um risco para a saúde à medida que os processos intrasubjetivos – particularmente aqueles que dizem respeito à proteção de si, a exemplo dos “interesses do ego” constituídos por mecanismos substituíveis de autoconservação – permanecem bloqueados. Os riscos para a saúde são tematizados como “estresse organizacional” pelos defensores da etiologia managinária, como “somatização” pelos adeptos da teoria dos procedimentos autocalmantes; como “patologia de sobrecarga”, pelos que defendem a etiologia da auto-aceleração defensiva.

Entre as três interpretações, no entanto, o papel do trabalho na etiologia da hiperatividade não é equivalente. Na tese do sistema “managinário”, o imaginário da empresa entra diretamente em relação com as instâncias psíquicas e a natureza da atividade é contingente. Na tese dos procedimentos autocalmantes, apenas o ativismo conta. Na terceira tese, a estrutura da tarefa a ser executada é uma mediação determinante da hiperatividade.

Crítica das concepções etiológicas

A tese “managinária” responde a certas conjecturas clínicas, mas pode-se contrapor-lhe vários argumentos. O primeiro vem da concepção que os autores adiantam sobre as instâncias ideais e de seu funcionamento, por um lado, bem como do continuísmo suposto entre uma instância psíquica singular – o ideal do ego – e uma evolução geral dos princípios diretivos das empresas, por outro. Voltaremos adiante sobre este tema. O segundo argumento diz respeito ao trabalho: as patologias de sobrecarga também acometem trabalhadores que, supostamente, não foram manipulados por promessas de *status* e de posição social mirabolantes: os trabalhadores na linha de montagem dos matadouros de aves, por exemplo, os trabalhadores do setor de serviços sociais que sofrem de *burn-out*,* as mulheres divididas entre o trabalho como substituto e os afazeres domésticos, entre tantos outros. A apreensão “managinária” é, aqui, pouco verossímil. As patologias de sobrecarga que mais aumentam, nos países ocidentais, são os distúrbios musculoesquelético, que afetam sobretudo os trabalhadores da base da pirâmide hierárquica, portanto, que não têm razões para acreditar no destino nababesco prometido pela empresa.

A tese dos procedimentos autocalmantes pressupõe que apenas os sujeitos predispostos cedem à hiperatividade, os demais estariam protegidos. É incontestável que tais personalidades existem e que estão entre os hiperativos, mas a clínica do trabalho mostra que, longe de acalmar e de proteger todos os sujeitos de descompensação somática, a hiperatividade é fonte de sofrimento e de doenças somáticas que certamente seriam evitadas caso fosse possível poupar esses sujeitos à sobrecarga de trabalho. É fácil também mostrar que, desvencilhados da sobrecarga de trabalho im-

* Em inglês no texto original. *Burn-out* – ou *burnout* – expressa o esgotamento emocional e físico causado por um estresse contínuo e prolongado. [N do T]

posta, numerosos sujeitos reencontram um funcionamento psíquico que nada tem de “operatório”.¹¹

A questão do masoquismo

Ao se considerar as discrepâncias que a clínica “clássica” do trabalho opõe às teses da apreensão “managínaria” e dos procedimentos autocalman-tes, é necessário admitir que o determinismo da hiperatividade não é simples e ele suscita, de forma mais relevante, questões atinentes às relações entre liberdade e constrangimento.

A principal discussão – ao se observar a hiperatividade sem patologia associada e sem descompensação – concerne à interpretação a ser dada à queixa formulada por uma massa de trabalhadores que denunciam a sobrecarga de trabalho e o sofrimento que esta lhes infringe. Portanto, uma queixa que é comum em um contexto onde a “normalidade” psíquica e somática permanece preservada.

Surge então, inevitavelmente, a pergunta realizada pelo masoquista, tão comumente invocada, particularmente pelos psicopatologistas, sobre a suposta complacência de tantos sofredores ao seu martírio.

Algumas precisões sobre a noção de masoquismo são necessárias. Distinguem-se, teoricamente, dois níveis de masoquismo: o masoquismo primário erógeno e o masoquismo secundário. O masoquismo primário erógeno corresponde a uma erotização primitiva do aumento da tensão ou da excitação que ocorre na criança devido a um atraso da satisfação de uma necessidade ou ao alívio de um movimento pulsional. O aumento da excitação no aparelho psíquico leva a um regime econômico que se opõe ao princípio do prazer, ou seja, ao princípio segundo o qual o prazer acompanha a redução da tensão no interior do aparelho psíquico – princípio de Nirvana, Freud, 1920. O masoquismo primário diz respeito ao prazer paradoxal experimen-

11 Cf. C. Boyadjian, *La nuit des machines*, Paris, Les Presses d'Aujourd'hui, 1978.

tado concomitantemente à manutenção de uma tensão psíquica elevada. É chamado erógeno porque é considerado por certos autores como o ponto de partida de toda a economia erótica, de um lado, da capacidade de colocar em espera a descarga da excitação, de outro.¹² Esta aptidão da espera, conferida pelo masoquista primário erógeno, foi interpretada por alguns como a condição *sine qua non* do surgimento do fantasma. Compreendido dessa forma, o masoquismo pode ser percebido como a zona fronteira de transformação da quantidade – a excitação – em qualidade – a representação, ou o fantasma. Daniel Rosé sintetiza essa aptidão com o termo “resistência primária”.¹³

Mesmo se se admite a conotação da resistência, será necessário observar que o masoquismo primário está relacionado apenas com processos rigorosamente intrapsíquicos em que a subjetividade é posta à prova quanto à sua capacidade de resistir ao que procede do exterior, ou seja, provém da pulsão e do inconsciente. O exterior, *stricto sensu*, o meio ambiente não está em causa no que designa o conceito de masoquismo primário erógeno, constitui sim um elo intermediário sobre o qual repousa todo o desenvolvimento psíquico.

O masoquismo secundário não remete apenas ao que comumente se denomina perversão sexual. Esta última tampouco está diretamente visada quando, a propósito da sobrecarga de trabalho, é invocada para designar a complacência do sujeito que se queixa. O masoquismo secundário descrito por Freud em *O problema econômico do masoquismo* diz respeito ao processo pelo qual a dor pode ser beneficiada por uma erotização direta.¹⁴ Para Freud, trata-se de uma disposição praticamente universal que ele já descrevera em 1905 em *Os três ensaios sobre a teoria sexual*. Citando-se a si próprio, Freud escreve:

12 Cf. M. Fain, “À propos du masochisme érogène primaire, dialogue imaginaire avec Benno Rosenberg”, in M. Aisenstein, *Michel Fain*, Paris, PUF, 2000.

13 D. Rosé, “L’endurance primaire”, in idem, *De la clinique psychosomatique de l’excitation à la théorie de la clinique psychanalytique de l’excès*, Paris, PUF, 1997.

14 S. Freud, *Le problème économique du masochisme*, “OCF”, Vol. XVII, Paris, PUF, 1992 [1924].

tado concomitantemente à manutenção de uma tensão psíquica elevada. É chamado erógeno porque é considerado por certos autores como o ponto de partida de toda a economia erótica, de um lado, da capacidade de colocar em espera a descarga da excitação, de outro.¹² Esta aptidão da espera, conferida pelo masoquista primário erógeno, foi interpretada por alguns como a condição *sine qua non* do surgimento do fantasma. Compreendido dessa forma, o masoquismo pode ser percebido como a zona fronteira de transformação da quantidade – a excitação – em qualidade – a representação, ou o fantasma. Daniel Rosé sintetiza essa aptidão com o termo “resistência primária”.¹³

Mesmo se se admite a conotação da resistência, será necessário observar que o masoquismo primário está relacionado apenas com processos rigorosamente intrapsíquicos em que a subjetividade é posta à prova quanto à sua capacidade de resistir ao que procede do exterior, ou seja, provém da pulsão e do inconsciente. O exterior, *stricto sensu*, o meio ambiente não está em causa no que designa o conceito de masoquismo primário erógeno, constitui sim um elo intermediário sobre o qual repousa todo o desenvolvimento psíquico.

O masoquismo secundário não remete apenas ao que comumente se denomina perversão sexual. Esta última tampouco está diretamente visada quando, a propósito da sobrecarga de trabalho, é invocada para designar a complacência do sujeito que se queixa. O masoquismo secundário descrito por Freud em *O problema econômico do masoquismo* diz respeito ao processo pelo qual a dor pode ser beneficiada por uma erotização direta.¹⁴ Para Freud, trata-se de uma disposição praticamente universal que ele já descrevera em 1905 em *Os três ensaios sobre a teoria sexual*. Citando-se a si próprio, Freud escreve:

12 Cf. M. Fain, “À propos du masochisme érogène primaire, dialogue imaginaire avec Benno Rosenberg”, in M. Aisenstein, *Michel Fain*, Paris, PUF, 2000.

13 D. Rosé, “L’endurance primaire”, in idem, *De la clinique psychosomatique de l’excitation à la théorie de la clinique psychanalytique de l’excès*, Paris, PUF, 1997.

14 S. Freud, *Le problème économique du masochisme*, “OCF”, Vol. XVII, Paris, PUF, 1992 [1924].

nados, no caso que nos preocupa, pela hiperatividade e a sobrecarga imposta pela organização do trabalho. O masoquismo, ao tornar suportável o sofrimento, ou mesmo ao transformá-lo em fonte de prazer, protege o sujeito do risco de descompensação: doença somática, depressão, crise clástica.

Admitiremos que, no sofrimento no trabalho, o masoquismo está quase sempre presente e que ele se forma a partir do sofrimento, por conta da coexcitação sexual. A imputação da tolerância à sobrecarga de trabalho, ao masoquismo, não é uma concepção errônea. As interpretações divergem sobre a parte que cabe a este masoquismo na hiperatividade. Para os psicopatologistas que ignoram ou simplesmente negam as questões específicas da organização do trabalho, o masoquismo é considerado como o *primum movens* da sobrecarga de trabalho: é para gozar deste sofrimento que o trabalhador torna-se hiperativo.

Para o clínico do trabalho, esta responsabilização é, geralmente, recusada. A origem da sobrecarga de trabalho não estaria no masoquismo, mas na organização do trabalho e na aplicação de uma estratégia de sujeição dos trabalhadores, propositadamente orquestrada com a utilização de métodos gerenciais específicos. Se o masoquismo encontra-se com o sofrimento, isso seria em um segundo momento como *defesa* e não como *primum movens*. E como toda defesa, o masoquismo contribui efetivamente à perenidade da situação, sabidamente deletéria para a subjetividade e a saúde do interessado.

Se o masoquismo é uma defesa contra o sofrimento da sobrecarga do trabalho, qual seria então o *primum movens* da hiperatividade, quando ela ocorre em sujeitos que não são perversos ou “escravos da quantidade”, mas apenas neuróticos comuns?

*Por bem ou por mal, trabalhar
(ou o engajamento no trabalho entre coerção e liberdade)*

A liberdade de retirar-se do trabalho, quando este conduz ao excesso de esforço e à sobrecarga, está limitada por obrigações, de um lado, por conflitos internos, de outro.

Das obrigações

Para a maioria das pessoas comuns, ter acesso a um emprego e conservá-lo, mesmo quando há sobrecarga de trabalho e que sua saúde está em risco, faz parte da “disciplina da fome”. O trabalho, antes de mais nada, é um ganha-pão.

O emprego é também – como insistiram recentemente alguns autores¹⁷ – um meio essencial de filiação social e uma condição de acesso a determinados direitos, particularmente o direito à proteção social e à assistência à saúde, em caso de doença, direitos esses estendidos à família.

A iniquidade dos parceiros no momento de estabelecimento do contrato de trabalho – iniquidade que é justamente o resultado das relações de dominação – permite subjugar o assalariado, e é justamente isso que constitui a principal causa da sobrecarga de trabalho. Antes da construção do movimento operário, no final do século XIX, e que as leis sociais sobre a redução da jornada de trabalho fossem conquistadas a duras penas em inúmeras lutas e mobilizações, homens, mulheres e crianças sofriam, morriam mesmo, em consequência da sobrecarga de trabalho.¹⁸ O masoquismo, certamente, não era o *primum movens* deste estado de coisas. A erosão atual do direito do trabalho e as múltiplas derrogações e desvios da lei, desde a reviravolta neoliberal, ameaçam, hoje, um contingente crescente de trabalhadores com patologias de sobrecarga.

17 Cf. R. Castel, *Les métamorphoses de la question sociale*, Paris, Gallimard, 1995.

18 Cf. L. Villermé, *De l'état physique et moral des ouvriers*, Paris, Union Générale d'Édition, 1971 [1840].

Dos conflitos

O termo “conflito” não remete, aqui, ao seu significado social – os conflitos de trabalho e as greves –, e sim aos conflitos intrapsíquicos. As pesquisas interdisciplinares entre psicodinâmica do trabalho e ciências sociais mostraram que, na relação com o trabalho ocorrem diferentes dinâmicas essenciais tanto para a subjetividade como para a sociedade, e que foram reunidas sob o nome de “centralidade do trabalho”. O acesso a um emprego é, sabemos, um desafio para o reconhecimento social mediante a identidade atribuída, conferida de fora a um indivíduo por conta de seu estatuto profissional.¹⁹ O trabalho é ainda um mediador essencial da construção da identidade psicológica – psicodinâmica do reconhecimento com suas duas ramificações: o pertencimento e a identidade propriamente dita. O trabalho, além disso, por intermédio da inteligência da prática que engaja o corpo, é uma prova para a subjetividade, pois desafia-se o fortalecimento da subjetividade. Assim, o trabalho pode desempenhar um papel de primeiro plano na realização de si.

Mas o trabalho também é um meio poderoso na contribuição da evolução da sociedade, ou seja, é um mediador da ação. Em certas condições, é um meio de emancipação – a emancipação das mulheres em relação à dominação dos homens passa, por exemplo, pelo trabalho.

Por fim, o trabalho é uma prova na qual a *Kultur* é reiterada em cada subjetividade ou, ao contrário, choca-se a uma recusa que a desqualifica, o que proporciona a cada subjetividade a responsabilidade de preservar, ou não, a dita *Kultur*: “*Kulturarbeit*”, para retomar o termo empregado por Freud, que foi muito comentado por Nathalie Zaltman.²⁰

Em razão das múltiplas dimensões psicodinâmicas implicadas pelo trabalho, a constituição de um ajuste viável e evolutivo entre subjetividade e

19 Cf. C. Dubar, “Usages sociaux et sociologiques de la notion d’identité”, *Éducation Permanente*, n. 128, Paris, 1996, pp. 37-44; R. Sainsaulieu, *L’identité du travail*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977.

20 N. Zaltman, *La guérison psychanalytique*, Paris, PUF, 1999.

trabalho não é fácil. Ao se firmar um compromisso – com as variáveis do acaso, de um lado, e, de outro, do talento do sujeito em obter o melhor partido da situação –, busca-se fazer deste acordo uma conquista ao preço de todos os esforços nele investido. Neste caso, consolida-se um grande apego ao posto de trabalho conquistado. Este esforço é facilmente distinguível daquele do trabalhador dependente de trabalho – o comentário sobre a relação subjetiva com o trabalho não é comparável nos dois casos. Quando a situação se degrada em decorrência da sobrecarga do trabalho, não é fácil desvencilhar-se desta relação de trabalho, pois há muita coisa em jogo, muito a se perder: “um passarinho na mão mais vale do que dois voando”; “sabe-se o que se perde, mas não se sabe o que se pode ganhar”. O desligamento não oferece qualquer certeza em relação a um futuro compromisso, a uma nova vida. A hesitação é a contrapartida ao nível do sistema consciente de um conflito de investimento que mobiliza toda a subjetividade.

Refutação e verificação do diagnóstico etiológico da hiperatividade

Este resumo dos embates acerca da relação subjetiva com o trabalho para a proteção e a realização de si tem por objetivo mostrar que o ativismo não pode ser facilmente o efeito de uma apreensão direta pelo imaginário social ou de uma compulsividade sem contrapartida. O ajuste pessoal a uma situação de trabalho supõe etapas demasiadas complexas para que determinismos diretos possam sobrepor-se aos comportamentos humanos sem outros conflitos, ou seja, sem perplexidade, sem angústia, sem hesitação, sem reflexão, sem esforço sobre si.

Contudo, as situações descritas sob a rubrica do sistema “managínario” e dos procedimentos autocalmantes existem. Tais situações, no entanto, não poderiam explicar o conjunto das situações de hiperatividade. Seria então possível realizar, para cada configuração etiopatogênica, um diagnóstico diferenciado? Certamente, mas isso passa por uma investigação difícil, na me-

dida em que é necessário ter em mente três armadilhas clínicas e restrições teóricas inflexíveis.

Três armadilhas clínicas

- Quando a hiperatividade traz consigo uma sobrecarga psíquica, encontramos sempre, no primeiro plano, uma lentidão das faculdades mentais dando a impressão de um pensamento operatório, no sentido que este termo é utilizado em psicossomática.²¹ E se permanecermos neste primeiro diagnóstico clínico, somos fortemente tentados a atribuir à etiologia uma estrutura da personalidade subjacente, como, por exemplo, neurose de caráter ou de comportamento, em busca de procedimentos autocalmantes. Este pensamento operatório pode realmente ser o termo de um processo proveniente de uma personalidade psiconeurótica que é finalmente vencido pela intensidade do trabalho e a auto-aceleração defensiva contra o sofrimento resultante da coerção estabelecida no processo de trabalho.
- O discurso que é manifestado pelo sujeito, em caso de sobrecarga psíquica, nem sempre é operatório. Pode, às vezes, ser organizado por estereótipos maciçamente difundidos mediante a difusão da cultura empresarial, da celebração do prestígio e da grandeza, da excelência e do desempenho. Este discurso repercute então a ideologia triunfalista, mas funciona sobretudo como uma racionalização, no sentido psiquiátrico do termo, ou seja, como uma justificativa paralógica do comportamento hiperativo que permite defender-se contra a ambivalência ideoafetiva introduzida pelo sofrimento no trabalho. O discurso manifestado faz com que o sujeito se apresente como um campeão da ideologia “manageminária”. Neste caso, assim como no anterior, se nos atermos ao

21 Cf. M. de M'Uzan, “Les esclaves de la quantité”, in idem, *La bouche de l'inconscient*, Paris, Gallimard, 1984, pp. 155-168.

discurso manifestado, corremos o risco de considerar a captura “manamaginéria” como o *primum movens* da hiperatividade, ou seja, de confundir a racionalização *defensiva* com um desejo ou com as aspirações legítimas do sujeito.²²

- O masoquismo: em quase todos os casos encontramos representada uma parte de masoquismo no discurso do paciente que se queixa da sobrecarga de trabalho. Certos clínicos ficam tentados de, com este dado, explicar o ativismo profissional e considerar o masoquismo como causa suficiente para tanto. Mas, como já vimos acima, o masoquismo é freqüentemente um efeito secundário do sofrimento e não seu *primum movens*. O diagnóstico etiológico do masoquismo, como causa da hiperatividade, é válido tão-só quando o masoquismo, como efeito secundário, foi devidamente refutado por uma argumentação clínica.

Questionar a congruência simples entre o diagnóstico de superfície e a etiologia subjacente – entre os sintomas e a “estrutura” de personalidade – supõe uma experiência profunda na aplicação coordenada de três arcabouços teóricos distintos: a teoria psicanalítica do sujeito, a teoria das relações sociais de dominação e de gênero e a teoria do trabalho e da atividade.

Se, para manter juntas as referências dos três arcabouços teóricos, é necessário realizar um sincretismo, este não traz qualquer vantagem se comparado ao psicologismo ou ao sociologismo.²³ Por quê? Porque a dosagem entre as três séries de determinismos, na etiologia da hiperatividade, torna-se então arbitrária, dependendo das preferências individuais de

22 A forma como os conceitos de ideal do ego e de narcisismo são utilizados nesta concepção merece uma discussão teórica, mas ela não é necessária para a análise etiológica apresentada neste artigo.

23 O sociologismo consiste em desconhecer o funcionamento das defesas psíquicas e tudo o que se opõe à dominação como recursos defensivos. O psicologismo consiste em desconhecer as determinações da dominação, das relações sociais de trabalho e de gênero.

cada clínico. O sincretismo arruína o poder discriminatório da teoria para confirmar ou recusar uma interpretação etiológica.

A psicodinâmica do trabalho propõe uma teoria não sincrética da relação subjetiva com o trabalho. Mas sua aplicação, a forma como se deve observar essa relação, reconhecê-la, é bastante difícil. Na investigação etiológica, é necessário, para poder recusar ou confirmar a análise, ouvir o que tem a dizer aquele que se queixa da sobrecarga. Mas é difícil chegar à validação de uma interpretação a partir de apenas uma entrevista. Pois, em última análise, é o próprio trabalho psíquico do paciente e a evolução, o aprofundamento deste trabalho que constituem a verificação da interpretação etiológica, e não o diagnóstico do clínico. Quando se dá ao paciente o tempo necessário para a elaboração de sua experiência de hiperatividade, constata-se, realmente, que a hesitação do diagnóstico não é apenas por parte do clínico, ela também está presente no paciente. Ao se oferecer ao paciente condições de trabalho psíquico, alcança-se sempre, após um certo tempo, uma delimitação capaz de precisar o que realmente provém da coerção organizacional na hiperatividade e, eventualmente, da patologia da sobrecarga decorrente – *burn-out*, distúrbios musculoesqueléticos, patologias cardiovasculares, depressão, tentativa de suicídio.

O diagnóstico etiológico está consolidado a partir do instante em que o paciente for capaz de formular, por si mesmo, o processo que vivenciou, de um lado, bem como as razões pelas quais ele não consegue desvencilhar-se de sua submissão à organização do trabalho e à hiperatividade, de outro. Geralmente, a validação é dada pelo rearranjo da relação de trabalho – se necessário, até mesmo de emprego – obtida pelo próprio paciente. A reelaboração do sofrimento funciona efetivamente de forma simultânea, como uma reapropriação que permite ao paciente retomar o controle da situação.

Conclusão

A investigação clínica da hiperatividade realizada junto a pacientes em consultas para os sintomas de sobrecarga de trabalho mostra que a hiperatividade é a conseqüência evolutiva dos consideráveis esforços despendidos pelo trabalhador ao sujeitar-se às coerções crescentes impostas pela organização do trabalho, e isso sem descuidar da qualidade do trabalho produzido. Em outras palavras: cada vez que um trabalhador se envolve subjetivamente com o seu trabalho, ou seja, realiza de forma conscienciosa o seu trabalho, torna-se, em contrapartida, vulnerável à hiperatividade. E isso é verdadeiro para qualquer trabalhador, qualquer que seja sua estrutura mental e qualquer que seja a ideologia empresarial da empresa ou do serviço no qual está contratado.

Ora, as novas formas de organização de trabalho integram, progressivamente, em suas técnicas, meios específicos de manipulação da consciência profissional, particularmente a avaliação individualizada de desempenho e os contratos por metas. Muitos trabalhadores, que padecem de sobrecarga de trabalho, são vítimas dessas técnicas.²⁴

24 Outrora, no trabalho repetitivo sujeito a constrangimentos de tempo, percebia-se claramente a diferença entre as duas situações: a do trabalho por “empreita”, a do trabalho por “unidade produzida”, ou gratificações na produtividade, de um lado; a do salário por hora ou mensal fixo, de outro. Mesmo se a primeira forma era certamente mais árdua e difícil, acarretando, muito freqüentemente, patologias de sobrecarga, jamais teríamos evocado, a seu respeito, qualquer espécie de *workaholism*. Quanto à segunda, ela não excluía os fenômenos de auto-aceleração defensiva. Neste caso tampouco se falava de *workaholism*.

A avaliação individualizada de desempenho funciona a partir de outras motivações psicológicas e pode ser operada em quase todas as formas de produção e não apenas no trabalho repetitivo sujeito à limitação de tempo. Quando esta avaliação está conjugada com a ameaça de dispensa, ela é capaz de produzir grandes estragos à saúde, e que vão bem além daqueles provocados por sobrecarga de trabalho, nomeadamente as patologias da solidão e a degradação da qualidade, da confiança e da segurança. Cf. C. Dejours, *L'évaluation du travail à l'épreuve du réel. Critique des fondements de l'évaluation*, Paris, Inra Éditions, 2003.

Remeter a responsabilidade da hiperatividade apenas ao trabalhador é prescrever-lhe *de facto* que ceda, pelo menos em parte, em relação à sua consciência profissional: se ele deseja sofrer menos, que mantenha os objetivos quantitativos, mesmo se isso acarretar alguns problemas quanto à qualidade da produção.

Aqueles que ironizam os hiperativos ou que os qualificam facilmente de *workaholics* melhor fariam se percebessem que, com a generalização das novas formas de organização de trabalho, de gestão e de cultura empresarial, em breve serão considerados como trabalhadores “normais” – ou seja, capazes de escapar à hiperatividade –, apenas aqueles que terão deliberadamente – ou racionalmente – decidido de ceder sobre suas consciências profissionais.

